

Globalização, Meio Ambiente e Participação social: uma abordagem sociopolítica

Jean Hébette¹

Introdução

Ao escrever este texto, o autor não pode deixar de se sentir concidadão e, portanto, solidário, ao mesmo tempo, de todos os cidadãos do planeta, de todos os cidadãos do Brasil e, em particular, de todos os cidadãos desta Região Amazônica do país, onde ele vive; uma região externa e internamente colonizada e ainda em via de desenvolvimento; como tal, ela tende a se aproximar de outras regiões em desenvolvimento ou subdesenvolvidas do Hemisfério Sul. É nesta perspectiva de solidariedade crítica com as vítimas do mau e injusto uso do patrimônio comum que escreve este texto.

O contexto

Os termos da temática proposta para o estudo estão enunciados no seu título: o cerne da problemática - o meio ambiente; seus protagonistas - os globalizantes e os globalizados; seus sujeitos – os potenciais e os efetivos participantes. A questão é aqui tratada em duas dimensões, como se verá a seguir.

Neste campo heterogêneo dos ecossistemas planetários convivem, compenetrando-se, o que poderia se chamar o mundo do cotidiano ou o mundo da vida e o mundo dos poderes econômicos, políticos, científicos e tecnológicos. Com o risco de simplificar, pode-se considerar que o mundo dos poderes é, também, o mundo dos globalizantes, e o mundo da vida é o mundo dos globalizados, quer dizer dos que sofreram e sofrem a globalização, muitos deles tornando-se vítimas dela.

De um lado, o mundo do cotidiano - **“a humanidade” – sujeito anônimo** composto, hoje, de mais de 6,5 bilhões de pessoas agregadas em famílias, em grupos étnicos, em cidades, subúrbios e campos e, em nações, e dispersas em ambientes diversificados na miríade de ecossistemas do planeta. Ao longo dos tempos e de gerações em gerações, coletaram frutas, pescaram, caçaram, plantaram, domesticaram e criaram animais, praticaram o artesanato e trocaram seus produtos, formaram empresas, fundaram corporações e cidades, inventaram Estados e Impérios. Criaram ciclos de civilizações. Durante séculos e milênios e numa infinita seqüência de gerações, estes humanos sobreviveram nos seus respectivos ecossistemas,

¹ Professor colaborador do ppgcs da Universidade Federal do Pará.

administrando seus recursos orgânicos e anorgânicos em conformidade com suas necessidades materiais imediatas e segundo suas necessidades espirituais e culturais, no quadro de normas sociais por eles estabelecidas com vista à sua reprodução individual e coletiva, como o mostraram descobertas arqueológicas e estudos históricos. Com graus diversificados de sucesso, resistiram a cataclismos naturais, defenderam de invasões seus respectivos territórios de vivência e convívio, muitas vezes, é verdade, mediante guerras internas e externas. Sobreviveram a processos violentos de colonização e à pilhagem de seus recursos até se libertarem de seus colonizadores e se afirmarem enquanto cidadãos autônomos. Deixaram em herança à Modernidade, um planeta reproduzível e sustentável.

Dois eventos trágicos vieram, pela primeira vez, romper este processo civilizador e colocar em xeque a sustentabilidade da reprodução da vida humana: por um lado, a IIª Guerra Mundial, que se alastrou por todos os continentes, jogando praticamente todos os países e todos os cidadãos do planeta uns contra os outros, matando milhões de pessoas; por outro lado, a detonação da bomba atômica que lhe impôs fim. Formam duas dimensões indissociáveis da implacável competição econômica, tecnológica e política pelo controle dos recursos da natureza, nem que fosse ao preço da destruição suicida de parte do planeta.

No pós-Guerra, o desenvolvimento das comunicações virtuais transcendentais ao espaço e ao tempo, ao ciclo do sol e da lua, ao dia e à noite veio expandir exponencialmente as redes comerciais de comunicações e transporte à longa distância iniciado com o Renascimento europeu e com a aventura colonial. Sem o querer nem o perceber, sem terem sido consultados, estes indivíduos, grupos e etnias foram envolvidos numa multidão de redes internacionais e supranacionais de trocas materiais, monetárias e financeiras, científicas, políticas e simbólicas. Foram “globalizados”, embora muito desigualmente em termos quantitativos e qualitativos. Na sua grande maioria, e na medida de suas respectivas possibilidades técnicas e culturais, estes humanos continuam **participantes** na e **responsáveis** pela manutenção e a reprodução ativa dos seres vivos e inanimados que entre eles existem.

Ora, está acontecendo sob o nosso olhar algo de nunca visto desde o fim do neolítico com suas grandes inundações e suas catástrofes ambientais lembradas no mito bíblico do Dilúvio e na lenda sumeriana da Epopéia de Gilgamesh: a ameaça repentina e simultânea de excesso insuportável de calor e de carência de alimentos e de água em todas as partes do planeta. Um bilhão dos globalizados, pois, vivem hoje em nível de pobreza extrema, inferior, segundo a avaliação dos peritos, a um dólar por pessoa e por dia; um outro bilhão vive abaixo de dois

dólares; dois bilhões não têm acesso à água potável e estima-se que cinco milhões morrem anualmente por doenças ligadas à água (VAN YPERSELE, 2006, p.18).

É precisamente no final desta II^a Guerra Mundial que emerge um **outro sujeito**, mais abstrato: a chamada “**Comunidade internacional ou supranacional das Nações**”, esta, sim, claramente denominada e bem visível através das mídias, de preferência por siglas misteriosas para o comum dos mortais. Antes mesmo de a guerra acabar, pois, quando os vencidos agonizavam, os vencedores se reuniram em BrettonWoods, nos Estados Unidos. Sob a liderança de Franklin Roosevelt, então ainda presidente dos Estados Unidos e de Winston Churchill, primeiro ministro da Inglaterra, e após negociações com Josef Stalin, primeiro ministro da União Soviética, pretendiam estabelecer regras de regulação da política econômica internacional, abaladas pela crise econômica de 1930 e suas conseqüências sociais no mundo todo. Graças, então, a seu poder de maior economia mundial, os Estados Unidos deviam se tornar os maiores beneficiários destas regras com a expansão de seu comércio. Elaboraram e aprovaram um sistema de taxas fixas de câmbio das moedas, ligado ao dólar, com referência, entretanto, ao ouro; foi criado o poderoso Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1971, entretanto, num novo contexto financeiro nacional, o presidente Richard Nixon se desligou isoladamente daquele sistema.

Em outubro de 1945, já concluída a guerra e sob a mesma liderança dos Estados Unidos e da Inglaterra, foi apresentada à assinatura dos 50 países representados, em nome simbólico de seus concidadãos, a Carta das Nações Unidas, que fundava a Organização das Nações Unidas (ONU). Sem dificuldade, com o prestígio e a autoridade moral da vitória, cinco países - Estados Unidos, Inglaterra, França, União Soviética e China – se impuseram como membros, até agora permanentes, do Conselho de Segurança com direito de veto. Da ONU resultaram o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e, posteriormente, a Organização Mundial do Comércio (OMC), além da Organização do Tratado do Atlântico (OTAN) e de outras organizações derivadas.

Enquanto, na sua maioria, o mundo do cotidiano acima designado possui ou pode acessar restritamente um estoque limitado de informações educacionais, técnicas, sociais e políticas, local ou regionalmente produzido por suas lideranças eruditas e transmitido pela tradição, os órgãos onusianos dispõem, hoje, de um fantástico acervo de informações globalizadas de todo tipo, assim como de recursos em pessoal, finanças e equipamentos. Este colossal dispositivo dispõe de um enorme poder econômico e político e, conforme seu léxico próprio, de

“*experts*”, de estrategistas, de poderosos “tomadores de decisões”, associados a “empreendedores” dotados de capitais, além de contar com a chamada “comunidade dos doadores”- cujo DNA é o lucro e cujo espaço de ação é “o” mercado, resultado dos níveis da oferta e da demanda econômicas por eles mesmos, em boa parte, definidas (HÉBETTE, 2008). Consideram-se e o são mesmo, também, a princípio, potencial e efetivamente **participantes** da boa gestão dos ecossistemas do planeta e promotores do bem-estar de suas populações, como o pretendem os Objetivos do Milênio pelo Desenvolvimento (OMD) definidos pela ONU em 2005. A abertura, sempre restrita, ao longo dos anos, para o seletivo grupo dos porta-vozes do planeta dos 5 iniciais para os 7, os 8 e, depois, os 20, e os 77, etc. não corrige esta concentração do poder. Mais uma vez, porém, precisou-se da nova crise financeira do final de 2008 para que esses Grandes sentissem a fragilidade do sistema internacional elaborado por eles em 1944 e 1945, e que alguns deles falassem, em 2009, em criação de um Parlamento Mundial onde todos os países fossem representados e onde, portanto, os países pobres pudessem se unir e ganhar força (BUMMEL *et al.*, 2009). Ilusão, evidentemente!

Entre e dentro desses dois **sujeitos** e, em jogo entre eles, o “**Meio Ambiente**” ou *Environ(ne)ment* que os envolve e do qual deveriam se sentir parte e, portanto, obrigados a serem **participantes**. Neles, sociedade civil e governos, inseriram-se redes de mediadores interessados, em parte, pelos ecossistemas e seus habitantes, em parte por seus próprios interesses ou, ainda, em parte por uns e outros, notadamente Organizações Não Governamentais (ONGs) no sentido amplo. É, pelo menos, o que dariam a entender todas as movimentações em torno dele nas quatro últimas décadas, como se pode ver.

A IIª Guerra tinha proporcionado aos países beligerantes extraordinários progressos tecnológicos simbolizados pela bomba atômica. A reconstrução das ruínas estimulou enormes investimentos, fez surgir novas indústrias e avançar os processos produtivos. O crescimento econômico tornou-se a obsessão dos países vencedores e ficou, para os organismos internacionais e supranacionais, o critério de classificação das Nações em desenvolvidas, subdesenvolvidas e em desenvolvimento. Este crescimento econômico explodiu e se expandiu nos países desenvolvidos industrializados que, nos outros, encontravam, a baixo custo, matéria prima para suas necessidades.

Enquanto a imensa maioria daqueles bilhões de moradores do planeta procurava sobreviver nos seus respectivos ecossistemas, a Comunidade internacional e supranacional das Nações se dava conta de que, talvez, o ritmo de seus empreendimentos não estivesse garantido por

muitas novas gerações. Angustiarão-se: Relatório do Clube de Roma, realizado numa perspectiva essencialmente econômica pelo Instituto Tecnológico de Massachusetts e publicado em 1972 (MEADOWS, 1972); Relatório Brundtlandt, elaborado, a pedido da Comissão Mundial do Meio ambiente e Desenvolvimento da ONU, em 1983, sob a direção da primeira ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtlandt, numa perspectiva mais humana de “Nosso futuro comum” e publicado em 1987; a Iª Conferência sobre Meio ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo, em 1972; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento, em Rio de Janeiro em 1992. Descobrirão que “os recursos” não eram mais infinitos.

Estes estudos mostraram que, neste jogo utilitarista e concorrencial, o risco não atingia apenas a produção das indústrias e da agricultura empresarial; ele atingia, também, as populações através da poluição dos solos e das águas absorvida na cadeia alimentar. A questão das mudanças climáticas, até então pouco estudada nas suas conseqüências, ia ser uma das maiores preocupações e, com ela, a questão da seca e da desertificação, do derretimento dos pólos, das migrações forçadas de populações e suas conseqüências sobre a saúde – doenças e mortes. Em 1992, na IIª Conferência mundial sobre o Meio Ambiente de Rio de Janeiro, tocou o clarim e chamou para **a participação geral**: cabia, agora, a cada um, no seu nível, indivíduos e coletividades, governos e sociedade civil, dar sua **participação**, conforme seus legítimos interesses e sua competência. Vejamos os cenários.

Uma visão planetária

Existem, hoje, uma geografia bastante precisa da poluição e uma geopolítica dos poluidores e dos poluídos, do nível planetário aos níveis dos países e de suas regiões, passando pelo nível intermediário dos grandes blocos políticos como os Estados Unidos, a União Européia, os países do Extremo Asiático, os Países Árabes, e num nível menor, o Mercosul. Estes países e blocos são organizados numa miríade de instituições: Fóruns, Conferências, Protocolos, etc., onde, no quadro de algum objetivo geral comum, cada um defende seus interesses próprios.

Níveis, formas e distribuição da poluição – alguns dados

O Grupo Intergovernamental de *Experts* sobre a Evolução de Clima (GIEC), fundado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa da ONU para o Meio ambiente estima que a maior parte do aquecimento verificado nos 50 últimos anos não se originou de fontes naturais; as emissões de gases procederam das atividades humanas, principalmente; por três quartos de seu volume, resultaram do uso descontrolado dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural). Aproximadamente 50% dessas emissões

se fixam na atmosfera, onde permanecem acumulados durante cerca de um século; 50% estão absorvidos nos vegetais terrestres e nos oceanos, os fitoplânctons absorvendo quase 100 milhões de toneladas diárias de carbono e sendo o principal “poço de carbono” do planeta (FOUCART, 2009). Entre 1990 - data de referência do Protocolo de Kyoto - e 2100, se não houver uma séria redução dessas emissões, a temperatura global poderia aumentar de 1,4 a 5,8° Celsius; o nível médio dos mares aumentaria de 9 a 88 cm, ameaçando cidades ribeirinhas e ilhas ((VAN YPERSELE, 2006, p. 8, n.2 e p.9). Nossos netos poderiam morrer de calor e, se chegassem lá, poderiam ainda testemunhar. De 1990 até hoje, pois, as emissões globais aumentaram em 29%, atingindo 27 bilhões de toneladas. No *ranking* dos maiores poluidores se distinguem, na ordem: a China, com 5.827 bilhões de toneladas de CO², os Estados Unidos, com 5.060 bilhões e a União Européia, com 3.976 bilhões, num total de 14.863 bilhões. Os Estados Unidos já teriam passado agora na frente da China (KEMPF, 2009) em que pesem a extensão geográfica deste país e o tamanho de sua população estimada a 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, enquanto USA e União Européia juntos, com 10% apenas da população mundial, são responsáveis por 45% da poluição. Em relação às florestas, Duterme (2008, p. 7-9) nos fornece as seguintes informações: conforme estudos do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica (CIRAD, 2008), um quarto das terras emergidas do globo é ainda coberto de florestas naturais; a Organização pela Alimentação e a Agricultura (FAO) (2008), por sua vez declara cerca de 350 milhões de pessoas morando em florestas e delas vivendo; segundo o PNUD (2000), “mais de 2 bilhões de humanos extrairiam das florestas, em graus diversos, seus meios de existência, sua lenha, suas plantas medicinais, seus alimentos”. Apesar disto, a cada ano, 130.000 km² de florestas são desmatados, principalmente, na África Central, na Indonésia e na Amazônia, sobretudo, brasileira (Ibidem). Em regiões como a África, os manguezais que constituem um precioso reservatório para o seqüestre do carbono sofreram grandes perdas, enquanto, no Vietnam, comunidades locais conseguiram, com apoio da Cruz Vermelha, reabilita-los e reflorestar cerca de 12.000 ha deles em proveito de 7.750 famílias e em benefício de sua alimentação (REID; ALAM, 2006, p. 161). Pelo que se vê, as responsabilidades são diferencialmente distribuídas.

Níveis e distribuição da mobilização participativa

Por iniciativa ou sob a égide dos diversos órgãos da ONU, formaram-se arranjos técnicos e políticos correspondentes aos interesses momentaneamente mais ou menos comuns dos respectivos países, entre o Grupo dos 7, que se abriu, em certas oportunidades, para o Grupo dos 8 com a inclusão da Rússia, o Grupo dos 20, o dos 77. O atual maior e mais importante

arranjo – e, também, o mais complexo e delicado de todos pelos interesses nacionais concorrenciais que envolve - é, sem dúvida o Protocolo de Kyoto elaborado dentro da Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas (CCMC). Assinado em Kyoto por um conjunto de países em dezembro de 1997, este Protocolo concluirá a sua primeira fase em 2012; tem como objetivo estabelecer metas nacionais limites de médio e longo prazo de emissões de gás. A sua importância pode se medir pela recente multiplicação de reuniões preparatórias à sua segunda fase, citando, entre outras: a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas que reuniu, na Polônia, em dezembro de 2008, representantes de 190 países (MUNDO DEBATE, 2008); a reunião de Bonn, na Alemanha, de 29 de março a 08 de abril de 2009 para antecipar uma série de negociações; a reunião, no Japão, em fevereiro de 2009, de 22 países particularmente poluidores ou, ainda, a reunião, dos dias 27 e 28 de abril de 2009, em Washington, do Fórum das Economias Maiores, criado pelo presidente Bush e formado, além dos Estados Unidos e da União Européia, por mais outros quinze grandes países, para negociar em força na Conferência de Cúpula da ONU sobre as Mudanças Climáticas a ser realizada em Copenhague de 07 a 18 de dezembro de 2009, com a participação prevista de 180 Estados (KEMPF, 2009). A estas reuniões recentes ou próximas, pode-se juntar o 5º Fórum Mundial da Água realizado em Istambul de 09 a 22 de março de 2009 com a participação de 142 delegações, onde se discutiu a importância dos oceanos (DUPONT, 2009).

Ao número de reuniões, entretanto, não têm até hoje correspondido resultados positivos satisfatórios, objetos de muitas decepções. Se há um acordo geral sobre a gravidade do problema e a necessidade de grandes decisões em nível do planeta e dos países nacionais, é dos outros que cada país está esperando decisões e definição de metas. Tal foi até hoje, por exemplo, a posição negativa dos Estados Unidos, que o Presidente Obama afirma querer transformar em prioridade, reduzindo a taxa de emissões ao nível do ano de 1990. A União Européia, por sua vez, se disporia a reduzir de 20% até 2020. Efetivamente, estes países preferem encontrar em casa respostas a seus problemas ambientais, como a produção de energia eólica, de carros movidos à energia elétrica, de equipamentos domésticos ou públicos poupadores de energia e de água, a iluminação urbana por diodos eletroluminiscentes (MULARD, 2009), do que aderir a políticas comuns da coletividade internacional que exigiriam de uns e de outros concessões e controle coletivo. Países em desenvolvimento, como a Índia, a China e o Brasil são convidados naqueles fóruns onde sua voz é mais utilizada do que ouvida, com exceção, mais recentemente, da China, em razão, notadamente,

de seu rápido crescimento econômico e de suas reservas em moedas internacionais que lhe dão mais independência. Quanto aos outros países em desenvolvimento, eles estão geralmente constrangidos na sua liberdade de ação por obediência a normas e condicionamentos impostos pelas grandes instituições supranacionais das quais recebem recursos financeiros, como o Banco Mundial ou o PNUD. Os países subdesenvolvidos, como nosso quase vizinho Haiti, que não têm acesso ao petróleo, ao carvão e ao gás para suas necessidades cotidianas e, por isso, queimam muita lenha, nem têm voz nestes fóruns internacionais e nem teriam mesmo condições de fazer propostas; resta-lhes esperar aqueles grandes recursos financeiros e técnicos para enfrentar problemas ambientais intimamente ligados a seus problemas políticos e sociais.

Medidas tomadas

Na Conferência do Protocolo de Kyoto realizada naquela cidade, em 1997, 38 principais países poluidores se comprometeram a reduzir suas emissões de gases com efeito estufa no sentido de baixá-las numa média de 5,2% em relação a suas respectivas emissões em 1990; por exemplo, de 8%, no caso da União Européia, de 6%, no caso do Japão, de 7%, no caso dos USA que, posteriormente, recuaram.

Na sua primeira fase, anterior a 2012, do Protocolo de Kyoto, pensou-se em proporcionar uma compensação financeira pelos serviços ambientais, sob diversas formas. Inicialmente, só se previa financiamento pelo reflorestamento e o plantio de novas florestas (HALL, 2008). Com vistas à segunda fase, entretanto, foram cogitadas e estudadas algumas medidas que foram classificadas segundo a denominação geral de “Pagamento por Serviços Ambientais” (PES), de “Projetos de “Implementação em Parceria [juntos]” (JI), o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conforme os casos. A modalidade geral PES, por exemplo, pode abranger uma ampla variedade de serviços remunerados, tais como preservação da floresta e da biodiversidade, o seqüestre de carbono, o manejo de corpos d’água, a beleza da “paisagem florestal”, o reflorestamento, a valorização dos produtos florestais, etc. (HALL, 2008, p. 2-3). Os JI são usados, sobretudo, na Europa, por parte da União Européia com a Rússia ou por parte da União com países agora lhe pertencentes após se terem desligados da ex-República Soviética, como por parte da Inglaterra para a Polônia. Os MDL, por sua vez, são destinados particularmente a países sem quota de redução definida; são, na sua maioria, países em desenvolvimento, como o Brasil. Consistem em investimentos de desenvolvimento poupadores de emissões de gás ou absorventes de poluição (poços de emissões de gás). Em vários países, tais projetos têm sido, freqüentemente, investimentos em monoculturas,

notadamente, de eucaliptos, árvores de rápido crescimento e, portanto, de rápido retorno econômico, mas, que, sabidamente, absorvem muita água, ameaçando os níveis normais do lençol freático. Como observa Bachram (2006, p. 172), estes projetos têm dimensões latifundiárias de centenas ou milhares de hectares que podem levar às populações muitos prejuízos; a autora cita, entre outros: perda de biodiversidade; poluição pela aplicação de herbicidas e pesticidas e, não raro, expulsão das populações das terras que elas ocupavam de longa tradição, como aconteceu, por exemplo, na Uganda, com a expulsão de 8.000 habitantes de 13 povoados; trabalho assimilado ao trabalho escravo, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciou, no Brasil, nos anos de 1990, num destes projetos latifundiários apoiado financeiramente pelo Banco Mundial. Em nível internacional, este fenômeno coincide com o da compra maciça de terras agrícolas por países em desenvolvimento como a China, a Coréia do Sul, os Emirados Árabes Unidos, o Japão, a Arábia Saudita em países subdesenvolvidos, como uma alternativa à difícil expansão do setor agroalimentar nos seus próprios países e pela constituição de fundos especulativos na qualidade de ativos estratégicos (BAUDET, 2009).

Em 2005, na I^a Conferência das Partes Integrantes do Protocolo, a Coalizão das Nações com Florestas Virgens [33, agora], com apoio do Banco Mundial, propôs mecanismos de compensação financeira específica pela proteção da florestas, como o “Desmatamento Evitado” (DE), posteriormente estendido à “Redução de Emissões de gases produzidas pelo Desmatamento (RED) e à “Redução de Emissões de gases resultando de Desmatamento e de Degradação de florestas” (REDD). O argumento pragmático subjacente a estas diversas modalidades era a convicção de que os resultados almejados só seriam alcançados mediante pagamento. Para tanto, o Banco Mundial criaria fundos específicos.

Sobre a pressão dos lobbies dos grandes conglomerados industriais, foi adotada, também, uma proposta polêmica dos Estados Unidos, conhecida como “crédito de emissões de gases com efeito estufa” ou, pejorativamente, por parte de adversários, como “autorização de poluir” Esta idéia já tinha sido discutida em 1991, na preparação da Eco 1992. Segundo este sistema, países que verificassem níveis de emissão inferiores ao comprometido durante o prazo estabelecido poderiam se valer deste resultado positivo para, ou se permitir de emitir mais CO² excedente sua cota, portanto, “legalmente”, ou investir (“vender”) em outros países deficitários parte deste seu “excedente a sua quota”, a título de crédito – cada crédito equivalendo a uma tonelada de gases Em sentido inverso, países expostos ou dispostos a emitir mais do que o comprometido poderiam recorrer (“comprar”) a esses créditos excedentes dos primeiros. Abrir-se-ia assim, em nível internacional, um processo de

negociação de trocas de CO². O mesmo valeria no interior dos países, entre governos e empresas nacionais poluidoras ou entre estas, como, por exemplo, não surpreendentemente, aconteceu na Inglaterra com gigantes como a British Petroleum e Shell ou a DuPont, que, assim conseguiram aumentar seus lucros (BACHRAM, 2006, p. 169). No modelo sócio-econômico vigente nos países capitalistas, totalmente construído e regido nos termos liberais de “mercado”, as mais gratuitas trocas tendem a se mercantilizar e monetarizar em benefício dos mais ricos. É assim que alguns desses créditos já estão negociados numa Bolsa do Clima em Chicago.

Pode se acrescentar a estes modelos, a “Taxa sobre o carbono nas fronteiras”. Os países poluidores não gostam de ser poluídos pelos vizinhos. Neste sentido, a França já tinha feito uma proposta de imposto à entrada no seu país de produtos contendo gás com efeito estufa, mas a proposta não foi absorvida pela União Européia; ela, porém, entrou recentemente em discussão no Congresso americano (CARAMEL, 2009).

O complicador, neste processo de trocas, é que não foram estabelecidas normas de verificação e de controle deste comércio, facilitando as fraudes comuns nas mega-instituições comerciais e financeiras, públicas e privadas, cuja dimensão nos foi revelada com a crise internacional do último trimestre do ano de 2008. Bachram (2006, p. 167-170) menciona, com nomes em apoio, sociedades que são, ao mesmo tempo, consultantes/ corretores, contadores e fiscalizadores de tais negócios, inclusive no Brasil. Grandes restrições e críticas foram, então, feitas a este sistema de pagamentos por serviços ambientais e, mais particularmente, ao sistema de troca ou de mercantilização de créditos, sujeito a manipulações, fraudes e especulações.

Em nível nacional brasileiro

O Brasil é, hoje, o oitavo maior responsável atual pela emissão de gases, o terceiro entre os países em desenvolvimento, atrás da China e da Índia. À diferença dos países desenvolvidos, cuja poluição procede do uso exorbitante dos recursos fósseis (petróleo, gás, carvão mineral), no Brasil, a poluição resulta do mau uso de suas terras aráveis e da destruição de suas florestas. Embora se tenha mostrado, em geral, bom aluno das agências supranacionais, o Brasil tem-se rebelado em algumas ocasiões. Assinou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CCNUCC) de Rio 92, entrado em vigor em 1997 e, posteriormente, o Protocolo de Kyoto. Evitando um possível isolamento diante das nações hegemônicas, especialmente, os Estados Unidos e o Japão, tomou uma participação muito ativa nas discussões internacionais através do Grupo dos 77, empreendendo, inclusive, uma

ação essencialmente política ao se recusar adotar uma meta nacional para a redução das emissões de carbono até 2025, como as negociações de Kyoto o solicitavam, argumentando que a responsabilidade histórica do efeito estufa recai sobre os países industrializados, pois a acumulação e a permanência do carbono emitido na camada de ozônio se estende, temporalmente, sobre um século em média, precedendo, portanto, a industrialização brasileira (LA ROVERE, 2006, p. 32; BORN, 2006, p.21-39). Entretanto, seguindo o modelo da suposta “reforma agrária” iniciada pelos governos militares, os governos se mostram muito tolerantes em relação ao mau uso da terra arável. Por um lado, o latifúndio se expande rapidamente ao conjunto da Amazônia, acompanhando as novas estradas, como a BR 363 que liga Cuiabá a Santarém, intensificando no seu percurso a pecuária extensiva, as monoculturas agrícolas (cana, soja) e silvestres de rápido crescimento (eucalipto), expulsando as populações ribeirinhas. Simultaneamente, o desmatamento e os fogos provocados para transformá-las em pastagens na Amazônia Legal tomam proporções extremamente preocupantes contra as quais a “Comunidade das [outras] Nações” se levanta, exigindo medidas severas que os governos não conseguem implantar. Várias são as razões políticas, administrativas e técnicas. Estruturalmente, o regime militar transmitiu aos governos democráticos que o seguiram a tradição de políticas essencialmente setoriais para a Amazônia; por exemplo: colonização agrícola, redes rodoviárias, mineração, hidrelétricas (HÉBETTE, 2008). Com vistas a um equilíbrio político interno ilusório, os governos recentes incumbiram a gestão dos problemas agrários a três ministérios diferentes: o da agricultura empresarial de cunho capitalista, o da agricultura familiar e a do meio ambiente, este último sofrendo ainda de uma superposição de competências com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA -, sem falar de tensões ideológicas e políticas internas a cada um deles (HALL, 2008, p.4). Além disto, nos Legislativos federal, estadual e municipais, os interesses dos grandes fazendeiros e madeireiros são fortemente defendidos pelos lobbies da poderosa União Democrática Rural (UDR). Segundo Frei Beto (2008), são representados no Parlamento federal por cerca de 200 parlamentares, isto é, um terço dos membros; controlam entre 80 em 85 das vagas nas Comissões de Agricultura e metade nas Comissões do Meio ambiente (SALOMON, 2009). Investem com toda força na mudança do Código florestal que tinha sido alterado positivamente, em 2002, após a onda de desmatamentos na Amazônia, através de uma Medida Provisória do Presidente da República reduzindo a 20% o limite de desmatamento nos estabelecimentos rurais de áreas de florestas e a 35% nos cerrados da Amazônia Legal (Ibidem). No campo do Executivo, o quadro de fiscalização das leis e normas legais é

nitidamente insuficiente, levando em conta o tamanho do país, nem sempre devidamente qualificado e, não raro, sujeito a corrupção (HÉBETTE; NAVIGANTES, 2008).

Os movimentos sociais – no sentido amplo – incluindo o sindicalismo dos trabalhadores rurais – têm perdido muito de seu dinamismo militante e contestatório com uma ambígua aproximação com os governos de esquerda e com a incorporação de suas militâncias a órgãos oficiais, perdendo sua autonomia de ação. Os sindicatos, que durante algum tempo, tinham investido no desenvolvimento técnico da agricultura familiar – uma tarefa de longo prazo – pouco avançaram nesta direção, na Amazônia pelo menos, absorvidos, muitas vezes, pela busca e a administração de recursos financeiros e seus compromissos administrativos. Em oposição ao uso de agrotóxicos pelo agronegócio e em defesa da agricultura orgânica, porém, uma forte e persistente luta tem surgido em alguns movimentos rurais ligados à Via Campesina, uma organização internacional fundada em 1993 e presente, principalmente, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Quanto ao uso das florestas, o país tem registrado catástrofes com uma média anual próxima ou superior a 20.000 km² de desmatamento ao ano. Como em outros pontos, é uma herança de anos de devastação sem controle. Mas há de registrar, em sentido contrário, a luta dos “povos da floresta”, os índios, os seringueiros, os ribeirinhos e outras categorias sociais, que abriu espaço a importantes decisões da Constituinte em relação aos territórios indígenas e de quilombolas (BRASIL, 1988). E é a luta dos seringueiros do Acre que, em oposição à proposta de incorporação dos seringueiros ao modelo de colonização do INCRA (BAKX, 1990) proporcionou a idealização e a primeira experiência de Reserva extrativista, que se reproduziu através do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (FASE, 1989). Os Povos da floresta desenvolveram uma luta árdua contra latifundiários e madeireiros pela demarcação das terras indígenas e pela criação de numerosas reservas extrativistas. Ferreira *et al.* (2005) observa a este respeito que o grau de desmatamento verificado nas áreas protegidas se situa entre 1,5 e 4,7% , conforme os casos, enquanto a proporção de desmatamento fora delas varia de 29,2 % no Pará, 33,9 % no Mato Grosso e 48,1% em Rondônia. É bem verdade que as populações das reservas habitadas enfrentam muitas dificuldades para a gestão destes novos territórios, em razão da novidade e da complexidade desta obra de construção de um modelo de gestão coletiva de territórios florestais; este problema inclui desde a enorme penúria de técnicos qualificados em apoio, até a dificuldade, por parte destes, da compreensão das representações mentais destas populações, de seus “modos de vida” e de suas formas específicas de organização social. Há de reconhecer, também, experiências precipitadas ou

frustradas de unidades de conservação mal planejadas, buscando mais a quantidade do que a qualidade.

O Brasil, entretanto, tem-se antecipado com o Programa Etanol, lançado em 1975, tornando-se conhecido em todo o mundo. Segundo La Rovere; Pereira (2006, p. 35-36), teria limitado o aumento da poluição aérea das cidades brasileiras e o efeito estufa. Mais recentemente em dezembro de 2008, o Presidente Luis Inácio da Silva lançou o Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas. Nesta oportunidade, Carlos Minc, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, declarou que se tratava da primeira definição de meta no país e comentou que se poderia “reduzir de 70% o desmatamento”, caindo, em 2017, em relação a 2006, de 19.000 km² anuais na média para 5.000 (DESMATAMENTO PODE CAIR, 2009; LEITE, 2008).

O Brasil, inicialmente resistente à idéia de pagamento por serviços ambientais propôs, em 2006, seu próprio projeto de DE, sugerindo um mega-fundo (FOREST PEOPLE PROGRAMME, 2008, p. 82-83). HALL (2008) lembra, por sua vez, que o Brasil tentou sua própria experiência de PES com o Proambiente. Este “Programa de Desenvolvimento sócio-ambiental de Produção da Família Rural” foi elaborado em 2002 por Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e ONGs ambientais. Ele incluía 12 pólos entre os diversos Estados amazônicos, com objetivo de excluir ou reduzir o desmatamento, seqüestrar o carbono, preservar os solos e a reduzir os fogos nas florestas (Ibid., p. 3). Com a eleição e a posse do Presidente Luis Inácio da Silva, este programa foi imediatamente incorporado ao Ministério do Meio Ambiente. Entretanto, segundo o autor, gerou frustrações em função de falta de um quadro legal em nível nacional, das limitações dos fundos, da reduzida capacidade técnica, da incompatibilidade com as políticas regionais de desenvolvimento (Ibid. p. 1). Apoiado em Ferraro; Kiss (2002), Hall afirma, entretanto, que “pesquisas têm demonstrado que pagamentos diretamente aos agricultores melhoraram suas rendas, elevaram o seu nível de saúde (Ibid. p.3).

Em nível amazônico

A Amazônia foi, desde seu “descobrimento” pelos colonizadores e até hoje, um objeto misterioso de sonho e de cobiça para brasileiros e estrangeiros, onde tudo é enorme: a bacia do rio Amazonas estendida sobre 6,8 milhões de km², dos quais 60% no Brasil; mais de 5.000.000 de km² de Amazônia Legal, uma região maior do mundo em água e floresta, um Eldorado, enfim, mas, uma região onde ainda não chegou o Relatório do Clube de Roma e onde tudo é ainda infinito. Salvo o povoamento: 4 pessoas por km². Até a desproporção entre

a dimensão territorial e a fraqueza de seu povoamento é incomum, segundo os estudos científicos do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) (BARRETO *et al.*, 2005).

Desde o regime militar, nos anos de 1970, até hoje, os governos sucessivos se empenharam a cobri-la de “Grandes Projetos”, como o Mega-Projeto de mineração Carajás. Segundo o economista Monteiro (2005, p.203) “a valorização regional dos recursos minerais patrocinou [...] práticas deletérias”. A Amazônia, sendo, também, uma das maiores províncias minerais do planeta, ela passou a ser ocupada por enormes áreas em exploração mineral, comportando, segundo os casos, a destruição de florestas, a remoção de grandes volumes de terra, a extração, lavagem e posterior secagem do minério, a estocagem de rejeitos minerais com riscos de infiltração em solos, rios e lagos, emissões de gases. Em várias fases de seus procedimentos, esta exploração faz uso de grande quantidade de energia elétrica, como no caso da transformação de bauxita em alumina e alumínio, que tem exigido a construção de usina hidrelétrica como a usina de Tucuruí, a quarta maior do mundo, com uma área de floresta inundada de quase 3.000 km² para atender as necessidades das empresas Alunorte e Albras, em Barcarena, no Pará (HÉBETTE, 2004). As populações tradicionais locais deslocadas ficaram suas grandes vítimas (SANTOS, 2007).

Em nível das coletividades locais

O nível das coletividades locais é fundamental para o sucesso de todos os projetos e todas as atividades que as concernem. Se em levar em conta esta dimensão, medidas de maior envergadura são ineficazes. Como o sublinham oportunamente REID; ALAM (2006), “as ações empreendidas por grandes empresas ou pelos países [...] para compensar as emissões de gases com efeito estufa raramente levam em conta as condições de vida local e a pobreza”, ou “precisaria se deter mais em alternativas não estruturais e em abordagens ascendentes – ‘de baixo para cima’ – baseadas em estratégias comunitárias pré-existentes para administrar os recursos’. Segundo Forest Peoples Programme (2008, p. 94), “a maior parte dos projetos de RED atuais mencionam a necessidade de levar em conta os direitos e a responsabilidades dos povos das florestas [...]. Foi amplamente demonstrado que todos os planos mundiais de preservação das florestas do mundo concebidos sem que os povos das florestas e as comunidades locais tenham dado seu consentimento em pleno conhecimento de causa estão fadados ao fracasso”. Segundo Yamin; Rahman; Hug (2006, p. 118-119) “Uma de nossas hipóteses de base é que o apoio nacional e internacional às comunidades é indispensável, notadamente porque as comunidades podem reproduzir, até aprofundar suas vulnerabilidades

[...] As comunidades devem ser colocadas em relação com as estruturas políticas nacionais e internacionais suscetíveis de apoiar a adaptação à mudança climática. As comunidades devem, também, ser relacionadas com as estruturas políticas, científicas formais e tecnológicas”. Um exemplo, entre muitos outros, acompanhado pessoalmente, destas interrelações com as estruturas científicas é dado por Moreira (2008) no caso da resex “Verde para Sempre”. Em relação às estruturas políticas, científicas e, pode-se dizer, tecnológicas, Almeida (2008), chama, porém, a atenção sobre seus conteúdos. Não se trata apenas de inventários sobre recursos naturais; há necessidade de “ruptura radical com esquemas de pensamento utilizados nos documentos oficiais de planejamento e no âmbito da política ambiental”. Precisa, afirma, considerar o ecossistema amazônico nas suas diversas dimensões, notadamente “como produto de relações sociais e de antagonismos, ou seja, pensado como um campo de lutas em torno do controle do patrimônio genético, do uso de tecnologias e de formas de conhecimento e de apropriação dos recursos naturais” (Ibid., p. 11). Fazendo referência a uma reivindicação feita na ocasião das I e II Conferência de Pajés da Amazônia com a participação de pajés, curandeiros e líderes espirituais de povos indígenas, em 2002 e em 2004, avoca que a propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais seja protegida juridicamente para evitar a “biopirataria” ou a “pirataria ecológica”, não só sobre seus recursos em si, como também, sobre as tecnologias de sua transformação (Ibid, p. 14). Esta “integração dos saberes tradicionais” é igualmente ressaltada por Ngyong (2006, p.106-19-07) na África, recomendando, ao mesmo tempo, a importância de sua complementaridade e de seu enriquecimento mútuo.

Conclusão

A magnitude dos números calculados por diversos institutos científicos confiáveis utilizados neste texto não deixam dúvidas em relação à gravidade dos riscos ambientais que pairam sobre o futuro do planeta e de seus habitantes e em relação à urgência de adotar medidas severas. Os maiores riscos atingirão todos; alguns países ou grupos privilegiados talvez, dispunham de recursos financeiros, técnicos e políticos que lhes permitirão de adiar provisoriamente ou limitar os prejuízos; alguns países já falam de voltar à Idade Média ou à civilização chinesa, encastelando atrás de muralhas seus territórios. Não se trata mais, como em 1972, da falta de matéria prima para o crescimento econômico prosseguir sua expansão exponencial. Trata-se de aquecimentos insustentáveis, bem superiores aos dos anos 1990, de fome, de doenças e de mortes, de desaparecimento de antigas cidades ribeirinhas e de ilhas já ameaçadas, e até toda a República do arquipélago das Maldivas, no Oceano Indiano. Estas

catástrofes só podem ser evitadas através de uma mobilização e de uma **participação solidária** de todos os cidadãos do planeta, de todos os organismos públicos e privados, organizações científicas e movimentos sociais. O combate ambiental em prol de “nosso futuro comum”, talvez seja, hoje, o único capaz de mobilizar e fazer convergir em prol de um mesmo objetivo todas as forças do mundo. Mais do que nunca, as comunidades locais das cidades e do campo têm, nesta luta, um papel privilegiado. Afinal, são elas que elegem prefeitos, governadores, parlamentares e presidentes nacionais. São elas que podem reverter as ideologias do consumismo, do lucro a todo custo, do primado dos interesses individuais, que se impuseram a partir da Modernidade com o desenvolvimento do capitalismo selvagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: _____ (org.). Conhecimento tradicional e biodiversidade : normas vigentes e propostas. Iº vol., Manaus: pncsa, 2008, p. 9-40.

BACHRAM, Heidi. Fraude et colonialisme : le nouveau commerce des gaz à effet de serre. **Alternatives Sud**. Changements climatiques: impasses et perspectives. vol. 13-2006/2, p. 163-183 . Tradução francesa do texto publicado in: **Capitalism Nature Socialism**, vol. 15, nº4, dec. 2004.

BAKX, K, The shanty town, final stage of rural development? The case of Acre. In: Goodman, D.; HALL, A. The future of Amazonia. Destruction or sustainable development ? London : Macmillan, 1990, p, 49-69.

BARRETO, Paulo *et al.* Pressão humana na floresta amazônica brasileira. Belém: WRI;Imazon, 2005.

BAUDET, Marie-Béatrice ; CLAVREUL, Laetitia. Les terres agricoles de plus en plus convoitées”. Le Monde, 15.04.2009, p. 4. Planeta.

BORN, Rubens. Régimes internationaux et politiques de changements climatiques. **Alternatives Sud**,. Changements climatiques : impasses et perspectives. Louvain-la-Neuve : Cetri ; Paris : Syllepse, vol. 13-2006/2 p. 21-29. Tradução francesa do texto publicado in: Democracia viva, nº27, 2005

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 20, XI; Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 67-68, 1988.

BUMMEL, A. ; GIHOUL, G. ; VAN DER MAEL, D.; MOURIAU, P. Une Assemblée parlementaire mondiale. **La Libre 2**, Débats.Opinion internationale. Bruxelles, 04.03.2009, p. 17.

CARMEL, Laurence. L'idée d'imposer une taxe carbone aux frontières refait surface. **Le Monde**, 18.04.2009. Planeta 4.

CIRAD<www.cirad.fr/fr/regard_sur/foret.php> 2008.

DESMATAMENTO PODE CAÍR. **O Liberal**, 02.12.2008, Atualidades,4.

- DUPONT, Gaëlle. Le Forum mondial de l'eau s'achève sur une déception. **Le Monde**, 24.03.2009, p. 4 e 11.
- DUTERME, Bernard. Déforestation: à qui profite le désastre? Editorial. **Alternatives Sud**, Déforestation, acteurs et enjeux. Louvain-la-Neuve : Cetri ; Paris : Syllepse, vol. 15-2008/7. p. 07-29.
- FAO. Situation des forêts du monde, Rome : FAO, 2008
- FASE. O testamento do homem da floresta : Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- FERRARO, P.; KISS, A. Direct payments to conserve biodiversity. **Science**, 298, 2002, 17-19.
- FERREIRA, Leandro V. *et al.* O desmatamento em Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos avançados**. Dossiê Amazônia brasileira I. v. 19, n° 53, abril 2005. São Paulo: USP, p. 157-166.
- FOREST PEOPLE PROGRAMME. Projets mondiaux de « déforestation évitée » : aux dépens des populations agrofestières ? **Alternatives Sud**. Déforestation, acteurs et enjeux. Louvain-la-Neuve: Cetri; Paris: Syllepse, vol.15-2008/3, p. 81-104.
- FOUCART, Stéphanie. La biologie marine bouleversée par les émissions de CO2. **Le Monde**, 10.03.2009.
- FRAUDES NA SEMA chega a 50 milhões em 5 meses. **O Liberal**, 28.05.2009.
- FREI BETO. Querida Marina. **Folha de São Paulo**, 16.05.2008.
- HALL, Anthony. Better RED than paying the people for environmental services in Amazonia. **Royal Transactions of the Royal Society**. B. Biological Sciences, 1727, 2008, p. 1-8.
- HÉBETTE, Jean. Políticas públicas para a Amazônia 1940-2000. Uma retrospectiva na ótica da participação local. Texto apresentado no 1º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia. Manaus, 16-19. 09. 2008. Mimeo. 16 p.
- _____. Intervenção das multinacionais nos ecossistemas amazônicos brasileiros. In: _____ Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia, 2004, vol. 3, p.138-148.
- HÉBETTE, J. ; NAVIGANTES, R. Meio ambiente. In: AVRITZER, L. (org. et al.) (Org.) **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 413-420.
- KEMPF, Hervé. Les retour des États-Unis dans les négociations sur le climat ne lève pas tous les obstacles. **Le Monde**, 31.03.2009, Planète 4.
- LA ROVERE, Emílio Lèbre.; PEREIRA, André Santos. Paradoxes du Brésil face aux changements climatiques. **Alternatives Sud**. Changements climatiques : impasses et perspectives, Louvain-la-Neuve : Cetri; Paris, Syllepse, vol. 13-2006/2. p. 31-39.
- LEFF, Enrique. Géopolitique de la biodiversité et développement durable. **Alternatives Sud**, Changements climatiques et perspectives. vol. 13-2006/2. Louvain-la-Neuve : Cetri; Paris, Syllepse, p. 184-196. Tradução francesa do texto publicado na Revista del Observatorio social de América latina – Clasco, n° 17, 2005.
- LEITE, Marcelo. Idiotia ruralista. Folha de São Paulo, 07.12.2008.
- MEADOWS, Dennis L. Halte à la croissance. Le Cub de Rome présenté par Janine Delaunay et Rapport Meadows. Paris : Fayard, 1972.

MONTEIRO, Maurílio. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos avançados**. Dossiê Amazônia brasileira I. v. 19, nº 53, abril 2005. São Paulo: USP, p. 167-185..

MOREIRA, E. S. **Movimento Social Amazônico em Defesa de Territórios e de Modos de Vida Rurais**: estudo sociológico no Baixo Xingu. Belém: UFPA, 2008. Tese de doutorado

MUNDO DEBATE NOVO ACORDO sobre clima. **O LIBERAL**, 02.12.2008. Atualidades, 12.

NGYONG, Anthony. Effets des changements climatiques dans les tropiques: le cas de l'Afrique. **Alternatives Sud** : Changements climatiques : impasses et perspectives. vol. 13-2006/2. Louvain-la-Neuve : Cetri; Paris, Syllepse, p. 85-112.

MULARD, Claudine. A Los Angeles, l'éclairage public s'apprête à faire sa révolution verte. **Le Monde**, 03.03.2009. Planète 4.

PNUD. <www.undp.org/povertyreport/exec/french.html>

REID, Hannah; ALAM, Mozaharul. Changements climatiques et Objectifs du Millénaire pour le Développement. **Alternatives Sud**. Changements climatiques : impasses et perspectives. Louvain-la-Neuve: Cetri; Paris : Syllepse, vol. 13-2006/2, p. 113- 137.

SALOMON, Marta. No Congresso, donos de terras vão decidir sobre desmatamento. **Folha de São Paulo**, 21.03.2009.

SANTOS, Sônia Barbosa Magalhães. Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de doutorado. 2007.

Van YPERSELE, Jean-Pascal. L'injustice fondamentale des changements climatiques. Editorial. **Alternatives Sud**, Changements climatiques : impasses et perspectives. vol. 13-2006/2, p. 07-19.

YAMIN, Farhana; RAHMAN, Atiq; HUQ, Saleemul. Vulnérabilité, adaptation et catastrophes climatiques. **Alternatives Sud**. Changements climatiques : impasses et perspectives.. Louvain-la-Neuve : Cetri ; Paris : Syllepse. vol. 13-2006/2. Tradução francesa de IDS Bulletin 36.4 2005.